

## ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROGRAMA AMBIENTAL EM PROJETO DE ASSENTAMENTO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA

Kacieny Sousa Oliveira (\*), José Maria Cardoso Sacramento, Jhesse Alves Tavares, Vanessa Gomes Monteiro, Sueide Pereira de Moraes Rocha

\* Instituto Federal do Pará – Campus Conceição do Araguaia, kacieny\_sousa@hotmail.com

### RESUMO

Esta pesquisa teve o objetivo diagnosticar preliminarmente as inadequações à legislação ambiental dos projetos de assentamentos – P.A. – do município de Conceição do Araguaia e constatar as principais dificuldades encontradas pelos assentados para adequar suas propriedades à legislação ambiental. O estudo de caso foi realizado nos assentamentos P.A. Joncon e P.A. Santa Mariana, com o intuito de observar a situação ambiental nesses assentamentos, sendo de suma importância conhecer a realidade das famílias e as dificuldades das mesmas em se adequarem a legislação ambiental, foi através da pesquisa de campo com perguntas pré-elaboradas em formato de questionário e pesquisa bibliográfica onde foi possível a realização deste trabalho. Os problemas encontrados nos assentamentos foram muitos, entre eles, a falta de conhecimento sobre a legislação ambiental, o manejo inadequado do solo e dos resíduos sólidos, entre outros problemas ambientais, também através desta pesquisa propor formas de minimização dos impactos negativos ao meio ambiente rural.

**PALAVRAS-CHAVE:** assentamentos, legislação.

### INTRODUÇÃO

Importância da conservação ambiental tem fomentado discussões acerca da necessidade de instituir mecanismos de controle e gestão do meio ambiente. Nota-se que vários instrumentos, como as políticas públicas, têm sido utilizados na tentativa de conservação da biodiversidade, manutenção de características climáticas e proteção aos recursos edáficos e hídricos, entre outros, como o é o caso do código florestal brasileiro que institui, em meio a várias regras, dois instrumentos importantes para a conservação do patrimônio natural: as áreas de preservação permanente (APPs) e as reservas legais (RLs). Com esta pesquisa objetivou-se diagnosticar preliminarmente as inadequações à legislação ambiental dos projetos de assentamentos – P.A. – do município de Conceição do Araguaia e constatar as principais dificuldades encontradas pelos assentados para adequar suas propriedades à legislação ambiental. O estudo de caso foi realizado nos assentamentos P.A. Joncon e P.A. Santa Mariana.

### METODOLOGIA

O trabalho teve como metodologia a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica. A pesquisa de campo foi feita por meio de questões abertas pré-elaboradas para entrevista, que consideraram o embasamento teórico da investigação e o objetivo da pesquisa. Optou-se pela interrogação direta aos agricultores dos P.A.'s Santa Mariana e Joncon, cuja gestão ambiental do lote se desejou conhecer. A pesquisa em campo contou também com um diagnóstico socioambiental, feito a partir da aplicação de formulários e observando as características florísticas dos remanescentes naturais em caminhadas transversais. Em seguida, foi confeccionado um relatório sobre os P.A.'s com informações a respeito das percepções da equipe sobre a situação ambiental dos locais pesquisados, que serviu de referência para escrever este trabalho.

### RESULTADOS

Em visita aos Projetos de Assentamento (P.A.'s) Lote 8 da Joncon e Santa Mariana, situados na PA 449, km 51, dentro dos limites do município de Conceição do Araguaia-PA, foram entrevistadas três famílias residentes em cada P.A.. Conforme relatos recolhidos na pesquisa, os moradores residem ali há mais de 25 anos, a maioria sendo constituída por migrantes dos Estados de Goiás e Maranhão. Os entrevistados atualmente cultivam abacaxi e desconhecem o cadastro ambiental rural. A mata primária, com características do bioma Amazônico, já não existe mais, ou seja, foi totalmente devastada. Observou-se na paisagem que somente matas secundárias estão presentes, assim como capoeirões. Segundo um dos entrevistados, neste trabalho, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma), em meados dos anos de 1980, obrigou todos os assentados a desmatar metade de sua terra como condição para receber benefícios. De acordo com o Código Florestal Brasileiro, reserva legal é o nome dado a áreas localizadas no interior de uma propriedade ou

posse rural, com reconhecida importância ambiental a ser preservada. O assentamento Santa Mariana foi criado mais recentemente do que o Lote 8 da Joncon. Neste primeiro P.A. foram visitadas três famílias com realidades bem diferentes das observadas no P.A. Joncon: as casas são simples, as famílias têm menos de 5 anos de assentadas e ainda lutam pelo título da terra, apesar de já existir um decreto para desapropriação da área, ao contrário dos entrevistados da Joncon, onde todos possuem o título da terra. Outra diferença entre os assentamentos é que as famílias do P.A. Joncon têm uma qualidade de vida melhor no que se refere à moradia e agricultura. A respeito das áreas de preservação permanente nas margens de córregos e represas, em todos os lotes visitados nenhum sinal foi notado, assim como praticamente não há floresta primária. Segundo a Lei 7.803/1989, que altera o Código Florestal, ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água a mata ciliar deve ser preservada, qualquer que seja sua largura (Medauar, 2011). O lixo também é motivo de preocupações, sendo que, tanto na Joncon como na Santa Mariana, conforme as entrevistas, as pessoas queimam o lixo ou o enterram. Segundo a ABNT 10004/2004, são considerados lixo os “resíduos nos estados sólidos e semissólidos, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços de varrição”, ou seja, resíduos são todas as “coisas” indesejadas geradas na produção ou consumo de bens. Conforme a Constituição Federal de 1988, art. 30, cabe ao poder público local a competência pelos serviços de limpeza pública, incluindo-se a coleta e a destinação dos resíduos sólidos urbanos.

## CONCLUSÃO

Portanto, nos dois assentamentos que foram visitados, os agricultores pesquisados demonstraram possuir pouco ou nenhum conhecimento sobre o CAR (cadastro ambiental rural). Logo, fazem o manejo do solo e demais alterações na natureza de forma inadequada e sem licenciamento ambiental. Em relação ao lixo, todas as famílias visitadas em ambos os assentamentos, o queimam ou enterram. As matas primárias estão quase todas derrubadas ou em recuperação espontânea, sendo constatada a ausência de mata ciliar nas margens dos córregos e represas, além de outras infrações à legislação ambiental, como queimadas e uso inadequado de agrotóxicos. A conscientização ambiental sobre os impactos que suas atividades vêm ocasionando ao ambiente, associada com uma maior presença do Estado, no sentido de garantir o que economicamente é impossível de ser provido pelos assentados, como é o caso, por exemplo, do destino dos resíduos sólidos não-orgânicos e da execução do CAR, fiscalizando e sancionando infratores que, mesmo em situação em que poderiam optar por preservar ou conservar, preferiram impactar negativamente o ambiente, e distribuindo vantagens para aqueles que utilizam sustentavelmente os recursos naturais, conservando assim a biodiversidade da fauna e da flora, são sugestões de ações que podem compor um programa de adequação à legislação ambiental nos P.A.'s. Uma possível solução para os resíduos sólidos orgânicos rurais é o processo da compostagem, e para os resíduos não-orgânicos, o processo de reciclagem ou o gerenciamento desses resíduos por parte de um órgão municipal. De acordo com o que foi observado, os dois assentamentos ainda não se adequaram às diversas leis ambientais existentes, e o Estado, aos criar leis e normas, também deveria dar maiores condições de cumprimento, principalmente para aqueles que moram no espaço rural e geralmente enfrentam maiores dificuldades para acessá-lo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. [ABNT] Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR-10004: **Resíduos Sólidos-Classificação**. Rio de Janeiro; 2004.
2. Coletânea de Legislação Ambiental, Constituição Federal / Organização Odete Medauar ; obra coletiva de auditoria de autoria da editora revista dos tribunais. – 10. ed. rev., ampl.. E Atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. – (RT Minicódigos)
3. Curso de gestão ambiental / Arlindo philippi jr., Marcelo de Andrade Roméro, Gilda Collet Bruna, editores.- Barueri, SP : Manole, 2004.-(Coleção Ambiental ; 1)  
Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Brasil. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 9 de Janeiro de 2012.
4. MANN, P. Método científico em sociologia. In: **Métodos de investigação sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 21-39, 1973.